



MOEDAS				BOLSAS		ÍNDICES DE INFLAÇÃO			OURO	POUPANÇA							
DÓLAR	Compra	Venda	Euro	R\$ 4,7970	Libra (Ing)	R\$ 5,3155	BOVESPA (Ibovespa)	DOW JONES (N. York)	-0,23%	IPCA/IBGE (AGO)	-0,09%	IGP-M/FGV (JUL)	0,51%	Cotação	R\$ 156,430	Aniversário	11/09
Câmbio Livre BC	R\$ 4,1001	R\$ 4,1007	Franco (Sui)	R\$ 4,2595	Peso (Arg)	R\$ 0,1075	Variação	NASDAQ (N. York)	0,27%	INPC/IBGE(AGO)	0,00%	IGP-DI/FGV (JUL)	1,48%	Variação	-%	Rend.	0,500%
Câmbio Livre Mercado Turismo	R\$ 4,092	R\$ 4,094	Iene (Jap)	R\$ 0,03717	Yuan (Ch)	R\$ -	Pontos	FINANCIAL 100 (Londres)	0,02%	IPC/FIPE (AGO)	0,41%	UFR-PB (-)	-				
	R\$ 4,070	R\$ 4,320					Vol. financeiro										

PAGAMENTOS INDEVIDOS. APOSENTADOS E PENSIONISTAS SÓ PODERÃO PEDIR NOVO EMPRÉSTIMO APÓS CONCLUSÃO DE INVESTIGAÇÃO DE FRAUDES

Consignados bloqueados

Arthur Araújo

Com agências

Os aposentados e pensionistas que reclamarem de descontos consignados indevidos em seu pagamento não poderão solicitar outros empréstimos até o final da investigação da denúncia. Esse é o efeito da resolução nº 656, publicada pelo Governo Federal no Diário Oficial da União. A medida tem como objetivo a prevenção de fraudes, já que foram verificados casos em que as reclamações foram declaradas indevidas.

No momento em que identifica um desconto não autorizado em seu pagamento, o beneficiário pode acionar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) imediatamente para que o desconto seja suspenso, o que está mantido. Até a publicação da norma, no entanto, a margem de

consignação do reclamante só permanecia bloqueada pelo prazo de 60 dias, o que possibilitava a aquisição de um novo empréstimo em seguida.

O INSS percebeu que alguns beneficiários solicitavam esse segundo empréstimo antes de a investigação da reclamação fosse finalizada.

A partir da resolução, que já está em vigor, quem reclamar de descontos indevidos terá que aguardar o final da investigação para recuperar sua margem de consignação, que representa 35% do salário, sendo 30% para empréstimo tradicional e 5% para cartão

de crédito. A liberação só será efetuada pelo INSS caso a reclamação seja entendida como verdadeira ao final da investigação. A partir daí, o beneficiário será ressarcido.

Em caso contrário, não sendo comprovada a irregularidade do desconto, as parcelas voltarão a ser cobradas. Ficará a cargo do beneficiário negociar junto à financeira a forma de pagamento dos meses em que não houve o repasse. Para denunciar desconto indevido os aposentados e pensionistas devem comparecer a uma agência do INSS e assinar o formulário de requerimento de suspensão.

“Foram identificados casos em que o segurado contraiu novo empréstimo beneficiando-se do desbloqueio e no final da apuração ficou comprovado que a reclamação inicial era improcedente.”

Nota do INSS.



Movimento. INSS pretende evitar que aposentados e pensionistas recebam novo empréstimo

Riscos dos empréstimos

A crise econômica afetou a vida de muita gente, levando parcela considerável de brasileiros a recorrerem a empréstimos para dar conta dos gastos. Entre julho de 2017 e julho de 2018, 22,7% dos consumidores do país pediram dinheiro emprestado, como indica o Cenário de Empréstimo no Brasil, relatório anual do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Recorrer a esta solução, no entanto, exige cuidados para evitar endividamentos e uma conta maior do que a prevista. De acordo com especialistas, escolher apenas a menor taxa de juros nem sempre é a melhor opção.

Para conseguir o melhor empréstimo possível, evitando um aumento da dívida, é preciso analisar uma série de fatores. Um deles, no entanto, tem sido o preferido do público: as taxas de juros. De acordo com o SPC, 39,1% dos consumidores que pegaram empréstimos escolheram o banco ou financeira pelo critério da menor taxa. Para o especialista Pedro Vizeu Pinheiro, a escolha pode trazer riscos.

“As vezes se for um juro muito baixo, a instituição vai pedir um prazo comprido. Mesmo que os juros sejam menores, como você paga esse valor por muito tempo, acaba pagando mais caro no final das contas”, explicou.

A orientação de Pinheiro é que, antes de assinar o contrato, o solicitante olhe bem para juros, prazos e parcelas. Ele orienta a não pegar empres-

tado um valor maior do que o necessário. “Isso nunca!”, alerta. Além disso, o ideal é pagar o empréstimo o quanto antes, escolhendo um prazo que garanta as parcelas mais altas dentro da possibilidade de pagamento. Isso reduziria o número de parcela e o tempo de exposição aos juros. “Se for comparar com vários bancos o mesmo valor da parcela, escolha o que tenha as melhores condições de juros/duração”, explicou.

A parcela, no entanto, precisa caber no bolso. “Ela pode refletir esse esquema de juros altos e períodos muito longos de empréstimos, assim como também pode dificultar o pagamento efetivo de cada prestação caso o seu custo seja muito alto”, explicou o especialista. Para facilitar a análise desses fatores, Pinheiro fundou em sociedade a plataforma Triunfei.com, que ajuda a comparar juros, prazos e parcela de diversos bancos e financeiras antes da contratação do empréstimo. A ferramenta exibe uma simulação a partir

“Na Europa falamos em juros ao ano, aqui, ao mês. Às vezes, uma taxa de 5% parece pequena, mas ao longo de um ano isso significa duplicar a dívida.”

Pedro Vizeu Pinheiro. Especialista financeiro

de uma pesquisa que leva em consideração o total que se deseja pegar emprestado e o prazo de quitação.

Pinheiro destaca a dificuldade da maioria das pessoas em entender a incidência de juros. Ele ainda alerta que os bancos apresentam a vantagem de oferecerem a figura do gerente, mesmo quando as taxas não são as mais baixas. “Dependendo do caso, é possível negociar um valor um pouco menor ou uma carência para colocar ordem na casa antes de começar a pagar”, conta. **AA**



Startup com energia limpa será mapeada

Folhapress

De São Paulo

Um mapeamento quer compreender o ecossistema de startups que trabalham com energia limpa no Brasil. Para isso, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGV Ces), ao lado de parceiros, convida empreendedores do segmento a responder um questionário, que está disponível até quinta-feira.

Podem participar da pesquisa, realizada em parceria com EDP, Coppe UFRJ e Associação Brasileira de Startups (ABStartups), empresas em todos os níveis de maturidade. A partir dos resultados, pesquisadores identificarão as

principais tecnologias, perfil dos empreendedores, modelos de financiamento, redes de colaboração e desafios enfrentados por essa categoria de negócio.

O estudo irá analisar o impacto dessas empresas no setor elétrico brasileiro, identificando tecnologias e modelos de negócio com potencial de transformá-lo. Os resultados poderão servir como subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas para o fomento do setor no Brasil.

Como retribuição aos empreendedores que participarem do levantamento, são contrapartidas relatório de resultados, visibilidade no ecossistema, integração à rede de relacionamento dos

Inovações

> Também será criado um Observatório de Tecnologias Limpas, que disponibilizará informações autorizadas para uso público. O mapeamento contribuirá, ainda, para conectar grandes organizações e investidores a startups para dar escala às inovações.

realizadores e participação em sorteio para ganhar três ingressos para o Case, evento para startups.

O questionário pode ser respondido por meio do link: <http://gvces.com.br/mapeamento-de-startups-de-clean-tech-no-brasil/>.

Afif defende o Simples

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, defendeu ontem a manutenção do Simples Nacional, regime especial de recolhimento de impostos para micro e pequenas empresas. O tema foi debatido na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na capital paulista, que debateu a Reforma Tributária.

“Sou contrário às declarações feitas por economistas de que o Simples é uma das

maiores renúncias fiscais que temos. O Simples é um regime constitucional, ou seja, se ele não existisse, e a tese é que você tem que taxar igualmente a todos, (as empresas) não sobreviveriam. É o refúgio de sobrevivência das empresas em crescimento”, declarou. No ano passado, o governo perdeu R\$ 13,7 bilhões com o sistema.

Afif pretende entrar com ação direta de inconstitucionalidade com objetivo de provocar esse debate. Ele defendeu que o Simples ser-

ve de modelo para a futura reforma tributária, com a concentração a arrecadação em uma única alíquota, em somente uma guia, e com a distribuição automática para estados e municípios. “É centralizado, e isso não tira a autonomia de estados e municípios”, disse.

Para ele, o principal obstáculo da reforma tributária será os grandes corporações. “Cada uma tem a sua defesa e não quer abrir mão do seu poder de gerar burocracia”, disse.

Cartões pré-pagos em alta

Arthur Araújo

Com agências

Menos burocracia e maior possibilidade no controle dos gastos. Esses são alguns dos fatores que têm feito os cartões pré-pagos caírem no gosto dos brasileiros como opção ao crédito e o débito. De acordo com pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Cartões

de Crédito e Serviços (Abecs), o número de usuários desta forma de pagamento cresceu 63% no primeiro trimestre de 2018 com relação ao mesmo período do ano passado.

A lógica é conhecida. O usuário coloca crédito e pode utilizar a peça como um cartão de débito: fazendo compras, saques e pagamentos. A diferença é que não é necessário abrir uma conta no banco,

o que gera menor burocracia. As únicas exigências são a apresentação de CPF e comprovante de endereço, além do pagamento pela compra do cartão que pode variar de R\$ 10 a R\$ 20 a depender da instituição.

O controle de gastos é outro benefício. Ao contrário do cartão de crédito, considerado por muitos como o vilão do endividamento, o pré-pago

permite o estabelecimento de um limite de gastos, já que o gasto é impedido uma vez que o crédito acaba. Para não ficarem na mão, os usuários podem acompanhar pela internet quanto dinheiro ainda há disponível. As recargas podem ser feitas pela internet, bancos, lotéricas e, em alguns casos, até em supermercados.

Os cartões pré-pagos também são uma boa opção para

Online

FATURAMENTO. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o comércio online tem sido ambiente de grande uso dos cartões pré-pagos. No primeiro trimestre deste ano, a modalidade movimentou R\$ 2,199 bilhões. Parte do valor se deve ao fato de que os cartões pré-pagos também podem ser utilizados para assinatura de serviços, como é o caso da Netflix e Spotify.

quem faz viagens internacionais. Isso pelo fato de eles aceitarem cargas em diferentes moedas. O viajante, nes-

se caso, não precisa utilizar dinheiro em espécie e se livra do risco das variações de câmbio.